

Na quinta pare três horas, das 15 às 18h, pelo reajuste anual

Na quinta-feira, dia 15, vamos parar três horas, das 15h às 18h, dentro da luta nacional pela data-base (reajuste anual).

O servidores de todo o estado devem fazer paralisação nesse dia e horário. Também no dia 15 haverá Assembleia, na frente do prédio dos gabinetes dos desembargadores do TRT-SC e secretarias de Turmas, na Rio Branco, para definir os rumos do movimento.

O SINTRAJUSC já avisou as administrações dos tribunais sobre a paralisação e também a população, em edital publicado em jornal de circulação estadual.

Pressão abre Mesa com STF

Na sexta-feira passada, enquanto servidores de Brasília faziam ato em frente ao STF, foi realizada a primeira reunião de negociação no Supremo (leia no verso). Agora toda a pressão é fun-

damental para que a Mesa de Negociação alcance resultados positivos para a categoria. Exemplo disso é que, apesar de passados nove meses desde que a Fenajufe reivindicou sua realização, esta primeira reunião da Mesa foi marcada graças à pressão exercida no STF pela mobilização dos servidores.

Por isso a mobilização precisa continuar de forma cada vez mais intensa, em todos os estados, para forçar a Mesa a cumprir seu papel de elaborar uma proposta de reposição salarial.

Além disso também é preciso cobrar do presidente do STF respeito à autonomia e independência do Poder Judiciário para organizar suas carreiras e implementar política salarial no seu âmbito, como aliás vêm fazendo os demais poderes com as suas principais carreiras. Venha para a luta!

Dia 21 tem Apagão no Judiciário

Em Reunião Ampliada da Fenajufe, realizada no sábado, com dois delegados do SINTRAJUSC, Paulo Koinski e Daniel Ferreira, foi aprovada a manutenção, fortalecimento e ampliação da Greve e definido calendário de mobilização para o próximo período. **Confira:**

21/05 – Ato de Apagão do Judiciário

29/05 – Ato nos estados (esta data é o prazo limite para que a Mesa de Negociação apresente proposta de reposição salarial)

31/05 – Realização do Encontro dos Técnicos Judiciários

01/06 – Próxima Reunião Ampliada da Fenajufe

Com pressão dos servidores, STF abre negociação

Na instalação da Mesa de Negociação com o STF, na sexta-feira, dia 9, a Fenajufe entregou documento com o resumo de dados e tabelas do diagnóstico da situação salarial e das condições de trabalho da categoria, constando as perdas salariais de 55,59%, calculadas com base no ICV Dieese, compreendendo o intervalo de junho de 2006 a março de 2013.

A reunião foi aberta pelo diretor geral do STF, Miguel Fonseca, que logo afirmou o caráter informal da Mesa de Negociação por determinação do presidente do Supremo, ministro Joaquim Barbosa.

Apesar de bancar a realização da Mesa de Negociação, Barbosa negou-se a atender o pleito da Fenajufe no sentido de formalizar sua instalação por meio de uma portaria, deixando evidente seu caráter informal ao determinar que até mesmo a convocação dos representantes dos conselhos e tribunais

superiores fosse feita exclusivamente por telefone. A insistência da Fenajufe na necessidade de formalização da Mesa é importante para oficializar as negociações e garantir que a proposta final seja encaminhada e defendida oficialmente pelo presidente do Supremo. Foi inclusive citado o exemplo do Ministério Público Federal, que já está negociando de maneira formalizada.

Miguel relatou que Joaquim Barbosa teria lido todo o PL 6613/09 e constatado que vários itens do projeto já haviam sido absorvidos pela Lei 12.774/12, faltando basicamente a tabela salarial. O diretor geral do STF disse ainda que Barbosa havia mencionado a necessidade de limitar a tabela salarial em 75% do valor do subsídio dos magistrados, conforme apontado pelo CNJ em 2009. Esta questão foi prontamente rejeitada pelos dirigentes da Fenajufe, que alertaram inclusive para o fato de que esta posição já havia sido suprimida do

PL 6613/09 pela CTASP (Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público) da Câmara dos Deputados, por não ter amparo legal.

Miguel Fonseca sinalizou que o presidente do STF não apresentará nova proposta de projeto, e que o trabalho da Mesa de Negociação será sobre um aditivo para o PL 6613/09, que já está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, e que poderá assim seguir uma tramitação mais rápida.

Miguel apresentou proposta de dinâmica para o funcionamento dos trabalhos, sugerindo divisão da mesa em subgrupos. Mas, para a Fenajufe, a questão da atualização salarial é o foco, até por conta do prazo que os tribunais têm para enviar previsão de dotação para a peça orçamentária do próximo ano. A próxima reunião será o dia 14. Esta primeira etapa, que vai tratar da tabela salarial, tem previsão de ser concluída em duas semanas.

Moção contrária à indicação do desembargador Gilmar Cavaleiri para o TST

Os delegados e delegadas presentes na Reunião Ampliada da Fenajufe, realizada no dia 10 de maio de 2014 em Brasília (DF), posicionam-se de forma contrária à indicação do desembargador Gilmar Cavaleiri para o TST por suas decisões punitivas ao Direito de Greve não só dos servidores do Judiciário como os de outras categorias. Avaliamos que é uma temeridade termos, na composição do TST, um perfil tão anti-trabalhador nesse quesito. Na gestão do desembargador Gilmar Cavaleiri na Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, ele combateu duramente o Direito de Greve, exigindo compensação hora por hora depois da Greve dos servidores do Judiciário catarinense e desconto salarial.

No ano de 2013, o desembargador Gilmar Cavaleiri arbitrou multa de R\$ 200 mil para o Sintraturb (Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano de Florianópolis e Região) devido ao descumprimento da frota mínima de ônibus em circulação durante a Greve dos motoristas e cobradores de ônibus. Ele também determinou frota de 100% nos horários de pico, considerados como das 5h30 às 8h e das 17h30 às 20h; e de 50% no horário das 11h30 às 14h, por linha. Percentuais bem maiores que a média praticada quando não há Greve, caracterizando que, de fato, se tratava de um duro ataque ao Direito de Greve. A imagem da Justiça do Trabalho catarinense ficou bastante prejudicada na ocasião. Certamente esse perfil de ministro no TST não interessa aos trabalhadores catarinenses e nem aos dos demais estados.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA no dia 15 de maio do ano de 2014, quinta-feira, às 15h00, no prédio dos gabinetes dos desembargadores do TRT-SC e secretarias de Turmas (av. Rio Branco, 919), com os seguintes pontos de pauta:

- 1- Informes;
- 2- Campanha salarial unificada 2014;
- 3- Decisão sobre o indicativo de greve;
- 4- Aprovação do Fundo de Mobilização e Luta.

Coordenação Geral do Sintrajusc
Florianópolis, 08 de maio de 2014.